

UM BISPO DO NORDESTE E A SECA POLÍTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20.09.1983

“A seca do Nordeste é sem dúvida um problema climático, e também um problema econômico, mas antes de mais nada é um problema político”. Quem me fez esta afirmação é um dos mais profundos conhecedores do povo do Nordeste e um dos mais admiráveis bispos deste país, Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa.

Sou amigo de Dom José há muitos anos e aprendi a admirá-lo profundamente. É um homem de uma coragem, de uma coerência, de uma cultura e de um senso de responsabilidade das suas funções de bispo realmente extraordinárias. Conversar com Dom José é conversar com um bispo da Igreja, com um homem que aprendeu com Dom Helder Câmara que tem uma missão sagrada e um projeto social a cumprir em nome dos oprimidos.

Em nenhum momento ele é radical, muito menos populista ou demagógico. A crítica fácil não o atrai. Diante de cada problema ele quer pesar todas as variáveis, e toma a posição correta, justa, e comunitária.

Porque, se Dom José não é um radical em matéria de ideologias políticas, ele é um radical no que diz respeito à justiça e à crença na comunidade.

Em 1975, quando o visitei pela primeira vez, ele foi a primeira pessoa a falar-me e mostrar-me concretamente o que estava fazendo com as Comunidades Eclesiais de Base, então um projeto pioneiro e revolucionário no seio da Igreja. Naquela época, em plena repressão, Dom José vivia momentos difíceis em João Pessoa, hostilizado abertamente pelas autoridades civis e militares.

Hoje a situação mudou muito. Dom José continua distante do poder porque solidário com os pobres, mas o prestígio e o respeito que angariou em João Pessoa são imensos, inclusive junto às autoridades constituídas.

Dom José Maria Pires está convencido de que o problema das secas é político, porque a fome e o desespero que a seca traz há muito podiam ter sido resolvidos se houvesse uma vontade política no nordeste. As grandes soluções econômicas até agora tentadas os grandes açudes, as barragens, os projetos de colonização e irrigação e o assistencialismo de última hora pouco ou nada resolveram porque foram conduzidos pelo poder central e acabaram favorecendo principalmente os grandes proprietários, produtores de agriculturas comerciais como a cana-de-açúcar e o algodão.

No nordeste, segundo Dom José, existe sempre água, por maior que seja a seca. As chuvas caem no começo do ano. O problema consiste em captar essa água em pequenos açudes e poços, para atender a pequenas propriedades. Se houver seca, a água dos Açudes provavelmente terminará por volta de outubro, mas até esse mês os agricultores já terão tido oportunidade de produzir a alimentação básica de que necessitam.

É preciso, portanto, que haja pequenas propriedades e para isto uma reforma agrária no Nordeste que transforme meeiros e arrendatários em proprietários é essencial e que haja os pequenos açudes.

Esses açudes, por sua vez, não devem ser obra do governo federal, e não precisam, necessariamente, ser tarefa dos governos estaduais, mas das próprias comunidades locais. Dom José e a CNBB do Nordeste estão engajados em um projeto alternativo dessa natureza. As comunidades preparam pequenos projetos, com base em um questionário padrão e calculam os recursos que vão necessitar: ferramentas, materiais e a alimentação dos trabalhadores. O pouco dinheiro necessitado para isso é recebido por Dom José através de doações espontâneas.

É óbvio que este não é um projeto para o “Brasil Grande”, nem para o “Brasil Potência”. Mas parte de uma crença fundamental de que, antes de mais nada, é preciso resolver o problema de produção de alimentos no Nordeste, e que esse problema deve ser resolvido comunitariamente, politicamente, pelo próprio povo do Nordeste.(20/09/83)